

Bananal: à beira da destruição

Ser declarada patrimônio da humanidade parece a única solução para a ilha

ANTÔNIO GOMES
Da Sucursal de Goiânia

Submetida há mais de uma década a um violento e constante processo de devastação, Bananal, a maior ilha fluvial do mundo parece ter uma única chance de escapar à destruição total: ser declarada patrimônio da humanidade e, como tal, passar a gozar de ajuda e proteção internacionais. Incrustada em Goiás, na divisa com o Estado de Mato Grosso, a ilha tem 20 mil quilômetros quadrados e não tem similar no planeta. Cercada com suas águas os rios Araguaia e Javaés, impotentes para conter o processo de desagregação lá implantado pelos chamados civilizados. E das professoras, antropóloga e pesquisadora Mari Nazaré Baiocchi, profunda conhecedora e defensora da ilha, a proposta para o tombamento do Bananal.

Ela é autora ainda de um projeto de criação, também no Bananal, de um centro científico que disciplinaria o afluxo de pesquisadores no local, incumbindo-se de proceder levantamentos, pesquisas e estudos de forma a resguardar a integridade dos povos carajá — javaés, que ela considera guardiões da ilha. Mari Baiocchi, a exemplo de outros defensores do patrimônio cultural e ecológico, espera que, com a mudança de governo, o País detenha o perigoso processo de sucumbência daquilo que deveria ser venerado por todos os brasileiros como um santuário da natureza.

A ILHA

Para os índios carajás, seus habitantes primitivos — uma cultura com cerca de 20 mil anos — a ilha tem o nome de Camonaré. Para os brancos, Bananal. Ela tem 150 quilômetros de comprimento e cerca de 140 de largura, aproximadamente. É formada pelo rio Araguaia — o seu braço maior — e pelo Javaés, o menor. O Araguaia é afluente do Tocantins, pertencendo, portanto, à Bacia Amazônica. Originalmente, a ilha era coberta por densas florestas, com fauna e flora pródigas e típicas, com onças, veados, cervos, ariranhas e pássaros de plumagens multicoloridas — ou peixes de excepcional sabor, como o tucunaré, o pirarucu, os piaus-açu, pintados e outras espécies.

As terras da ilha, por um cochilo jurídico, ainda hoje são devolutas, ou seja, pertencem ao Estado de Goiás e abrigam dois parques: o Nacional do Araguaia e o Indígena do Araguaia, além de um hotel que já foi conhecido internacionalmente, o Juscelino Kubitschek — mais tarde, após a Revolução de 64, rebatizado como John Kennedy e há anos no mais completo abandono. A 31 de dezembro de 1959, o então presidente Juscelino criou o Parque do Araguaia, que compreendia toda a ilha, a maior quaternária fluvial do mundo. Para que efetivamente as terras fossem incorporadas ao patrimônio da União e se constituir em patrimônio nacional, a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás deveria aprovar lei nesse sentido.

Veio a construção de Brasília e na empolgação dos fatos essa medida jamais foi tomada — muito menos após o advento de 64. Outro decreto presidencial, desta vez de Emílio Médici, a cinco de julho de 1971, dividiu a ilha, criando



Há uma década, a maior ilha fluvial do mundo é submetida a um processo de devastação



Os carajás estão sendo dizimados pelos brancos nos dois terços sul do Bananal o Parque Indígena do Araguaia.

Com característica amazônica, sua vegetação, embora de cerrado em boa parte, distinguia-se pela abundância de espécies e espessura das matas. As inundações anuais dão ao solo excelentes níveis de fertilidade, pois as águas trazem o húmus em abundância. A riqueza da flora e fauna lembram o pantanal mato-grossense e só o fato de ter abraçada o rio Araguaia, um dos mais famosos do mundo, já colocaram o Bananal como centro de atenções internacionais. Possui ainda espécies exóticas de peixes, como a temível arraia vermelha, cuja ferroada, principalmente no período em que está chocando seus ovos, provoca dores lacinantes ao longo de dois ou mais dias. Ou o boto, grande e inofensivo para os homens e tidos pelos nativos, em suas lendas, como salvador de pessoas que estão se afogando. O boto macho salva as mulheres, a fêmea, os homens, diz a crença lá difundida. Grandes, na cor cinza escuro e barriga cor-de-rosa, eles gostam de acompanhar as embarcações e a uma distância razoável, e não raro, são abatidos a tiros por pessoas com a simples finalidade de testar a pontaria — já que sua carne não é apreciada. Há ainda o poraquê — o mesmo peixe elétrico do Amazonas; o candiru, que segundo a crença, procura entrar nos órgãos genitais de desavisados banhistas que urinam dentro

ra a alimentação e para cerimônias tradicionais".

O caso da chamada Transaraguaiá, 80 quilômetros de estrada (GO-262) que cortarão o Bananal, merece um capítulo à parte nessa triste história de destruição. A professora Mari Baiocchi, em sua proposta apresentada e aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura, para tombamento da ilha, diz que a estrada seccionará o Bananal na sua porção norte, separando o Parque Nacional do Araguaia do Parque Indígena do Araguaia, aldeia Boto Velho. "Representará o incremento do processo predatório de ocupação ali efetuado. Suas terras arrendadas abrigam milhares de cabeças de gado vacum, fazendas proliferam. A caça indiscriminada em suas matas e lagos, e pesca com redes e bombas, a ocupação de seu espaço por casas e currais mudam pouco a pouco a fisionomia da ilha e desequilibram seu ecossistema faunístico e florístico".

OS ÍNDIOS

"A devastação da ilha representa um crime contra a Nação Carajá — diz Mari Baiocchi — ali encontrada no processo de colonização do Brasil Central — Goiás, e contra a humanidade, pois no nosso planeta não existe similar". Para a antropóloga, Bananal constitui patrimônio do Estado de Goiás, do Brasil e da humanidade, "e principalmente pertence ao Carajá-Javaé, que na época da conquista contavam-se aos milhares, hoje reduzidos a menos de duas mil pessoas.

O Carajá, além de constituir um povo guardião da ilha, representa sua habitante ancestral e um dos grupos formadores de nossa cultura goiana. A Ilha do Bananal não tem referencial científico divulgado para conhecimento de pesquisadores e estudiosos. O que se sabe minimiza sua real importância e propicia a depredação de seu povo, seu solo, flora e fauna".

Da mesma forma como aconteceu a outras nações indígenas, os carajás vêm sendo dizimados pelos brancos, através do contato indiscriminado e promíscuo com doenças para as quais eles não têm imunidade biológica, pela introdução de costumes es-

drúxulos — fumo e álcool — e outros males da civilização. Apesar de tudo isso, ainda formam uma nação que se preserva como tal, como povo e como cultura.

ESPERANÇA

As propostas de Mari Baiocchi, de tombamento da Ilha do Bananal como Patrimônio da Humanidade e a criação de um Centro Científico foram temas por ela levados ao I Encontro Técnico de Preservação Pró-Memória, promoção da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Brasília.

Seus trabalhos e farta documentação levantada, inclusive do século passado, estão na Fundação Pró-Memória e são alvo de estudos por um setor da comissão econômica do presidente eleito Tancredo Neves — justamente o que cuida especificamente do meio ambiente. Dentre esses documentos está um mapa da destruição da cobertura vegetal da ilha — um quadro deprimente e assustador, segundo Mari.

Ela diz que intacta persiste ou resiste apenas a Maia do Mamão e que já está sendo alvo de grupos madeireiros. No mais, são pastagens artificiais tomando conta de quase toda a ilha — o que representa um perigo incalculável pois, sem a mata, a ilha deixará de cumprir seu papel de continente das inundações do Araguaia. Em consequência, as cheias que se seguirão poderão ser desastrosas para toda a população ribeirinha ao Araguaia. O tombamento encontra amparo na experiência de outros estados brasileiros que procuram preservar a memória cultural e histórica, incremento à ciência e preservação do meio ambiente, como Olinda, em Pernambuco; Ouro Preto, em Minas Gerais e o Museu Goeldi, no Pará. Já o Centro Científico, com anteprojeto elaborado sob os auspícios da Universidade Federal de Goiás, onde Mari é professora, deverá abranger vários campos de conhecimento, como Geologia, Zoologia, Botânica, Geomorfologia e Antropologia. Segundo o anteprojeto, dele devem fazer parte os Estados de Goiás e Mato Grosso, as universidades do Centro-Oeste e da Amazônia, além de outras entidades afins interessadas.

Nas pesquisas, um grito de amor às minorias

Mari de Nazaré Baiocchi ostenta um currículo dos mais invejáveis. Goiana da antiga Capital, cidade de Goiás, desde cedo interessou-se pelas coisas da terra, passando a estudá-las até chegar aos dias atuais com nada menos que 20 anos de pesquisas. É antropóloga e professora da Universidade Federal de Goiás e membro do Conselho Estadual de Cultura. São numerosos os seus títulos, cursos de pós-graduação no Brasil e exterior. Também são volumosos e de alta importância seus trabalhos, principalmente de levantamento e defesa das minorias raciais no Estado de Goiás. Essa dedicação, aliás, lhe valeu o ano passado o prêmio Destaque e Citação de Relevância de Obra para Compreensão de Relações de Países em Desenvolvimento, conferido pelo Comitê Executivo do Conselho de Ciências Sociais da Unesco, presidido pelo professor Cândido Mendes. A comenda foi conquistada com sua obra "Negros de Cedro", uma comunidade de ne-

gros que vive praticamente isolada no município goiano de Mineiros.

Mari Baiocchi também tem um trabalho fenomenal sobre outra comunidade negra chamada "Kalunga", na Serra da Contenda, Nordeste do Estado. Só nessa pesquisa ela gastou quatro anos e desenvolveu junto aos negros do local trabalho de inestimável valor não apenas no sentido antropológico, mas também prático com o objetivo de ampará-los e livrá-los de males como a invasão de suas terras e a mortandade de suas crianças, devido à presença de garimpeiros. A exemplo dos índios, esses negros não possuem anticorpos para doenças como o sarampo, varicela, e até mesmo uma gripe pode matá-los. Só no ano passado morreram 33 crianças daquela comunidade. "Agora, felizmente, estão todas vacinadas", diz a professora. Também alertado por suas pesquisas, o Governo do Estado está providenciando a titulação das terras da Serra da Con-

tenda para os negros que lá vivem praticamente alheios a tudo e a todos.

Trabalhou muitos anos junto aos carajás e, humilde, diz que aprendeu muito com eles e que "todos nós temos muito a aprender ainda com esses índios, esse povo maravilhoso". Tem um disco gravado sob os auspícios da Universidade Federal de Goiás, com Maria Augusta Calado, sobre a Música Indígena. E compilou material para gravação de três outros elepês, aguardando a liberação de verbas para tanto. Mari de Nazaré Baiocchi é ainda doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo. Casada com o cardiologista Omar Carneiro, tem cinco filhos e seis netos e reside em Goiânia. Dentre seus projetos para este ano está a filmagem, gravação e documentação de uma cerimônia que os carajás promovem no Bananal de quatro em quatro anos, quando, durante uma festa, recordam toda a sua história, que, como nas demais nações indígenas, vale-se apenas do recurso oral (A.G.)



Mari Baiocchi: a preocupação com índios e negros